



IX Conferência Brasileira de
Mídia Cidadã
IV Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

Rádio União Comunitária Rurópolis: do pioneirismo à perda de identidade, um retrato dos dilemas de funcionamento e legitimidade de emissoras comunitárias¹

Rosane Maria Albino STEINBRENNER, UFPa.²

Resumo

Este artigo tem como objetivo contar a história da Rádio União Rurópolis, uma emissora comunitária autêntica, originada de movimentos sociais no interior da Amazônia paraense, que muito bem retrata os dilemas de funcionamento, legitimidade e sustentabilidade das rádios comunitárias no país diante do marco legal existente e do esgarçamento institucional provocado por novos arranjos político-partidários que afetam as bases dos movimentos sociais e portanto as mídias cidadãs por eles criadas. Por meio do relato de sua origem, de seu longo e difícil processo de legalização, de seu modelo de gestão, esperamos contribuir para a reflexão dos limites e possibilidades da comunicação comunitária e cidadã, em especial em regiões periféricas e rurais e, conseqüentemente apontar para a urgência de mudanças nas leis e de criação de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave

Rádios Comunitárias; Amazônia; história; marco legal, Rurópolis.

INTRODUÇÃO

A Rádio União FM Rurópolis (87,9 MHz) pode ser considerada uma pioneira entre as rádios comunitárias autorizadas no interior Amazônia paraense. Está inserida, do ponto de vista de seu campo midiático, num cenário de disputa bastante comum entre emissoras comunitárias instaladas em municípios de até 50 mil habitantes, onde além da rádio

¹ Trabalho apresentado na modalidade de Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. As bases dos dados deste artigo fazem parte da Tese de doutoramento da autora intitulada “Rádios Comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiatização periférica”, defendida em 2011, no âmbito do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA/UFPa).

² Professora doutora e docente da Faculdade de Comunicação (FACOM), da Universidade Federal do Pará (UFPa), membro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). E-mail: nani.steinbrenner@gmail.com.



comunitária funciona apenas uma outra emissora FM, porém privada de caráter comercial. Ou seja, locais aonde se dá dessa maneira o embate direto entre dois modelos de comunicação que têm ou deveriam ter origem, função e interesses diversos. Outro dado relevante é entender a dimensão do isolamento que normalmente atinge a região da Transamazônica, mas que é ainda mais peculiar no município de Rurópolis, onde está localizada a Rádio União Comunitária.

Primeira e única cidade planejada idealizada pelos militares no seu modelo de urbanismo rural³ proposto para a colonização dirigida implantada na Amazônia nos anos de 1970, Rurópolis – segundo último Censo com 44.720 habitantes (IBGE, 2010), cerca de 65% dos quais já vivendo na área urbana do município - situa-se na confluência de uma encruzilhada entre rodovias de integração que durante quatro meses do ano (janeiro a abril) tornam-se praticamente intransitáveis – a Transamazônica (BR 230) e a Cuiabá-Santarém (BR 163). Os dois mil quilômetros de estradas vicinais que se espalham pelo município para acessar os lotes rurais e que seriam de responsabilidade do INCRA são também um convite ao isolamento pelas condições precárias em que se encontram a maior parte do ano.

Outro fator que vale a pena destacar é o tipo de migração inicial que se dá no município. Rurópolis foi implantada pelos militares na primeira fase do plano de colonização dirigida (1970 -1974), quando a perspectiva era promover uma espécie de reforma agrária controlada, por meio da distribuição somente de módulos rurais de 100 hectares para colonos do Sul com perfil empreendedor e migrantes das chamadas zonas vermelhas (áreas de tensão política ou zonas de seca no Nordeste). O objetivo do governo era gerar um novo ambiente para o desenvolvimento agrícola da região e criar uma nova classe de fazendeiros ”modernos“ de porte pequeno e médio, afim de substituir a agricultura itinerante de subsistência,

³ O modelo de urbanismo regional de base rural idealizado pelos militares constituía-se numa construção intelectual inovadora porém desconectada da realidade, que previa três níveis verticais de comunidades planejadas para apoiar a colonização: as *agrovilas*, as *agrópolis* e as *rurópolis*. As agrovilas ou pequenas aldeias seriam dotadas de uma estrutura básica de saúde, educação e armazéns; o próximo estágio, as *agrópolis*, pequenas cidades projetadas para servir entre 8 a 10 agrovilas, situadas em intervalos de 20 km, poderiam abrigar cada uma até 600 famílias e funcionariam como centro administrativo intermediário; o terceiro estágio do modelo de urbanismo rural eram as *rurópolis*, previstas para situarem-se a cada 70 km ao longo da rodovia, com uma população de até 20 mil pessoas, funcionariam como principal centro administrativo e comercial de uma região abrigando serviços como bancos, hospital, aeroporto, hotéis e restaurantes (MAHAR, 1978). Na prática, das mais de uma centena de agrovilas projetadas apenas 29 foram construídas, e apenas duas agrópolis prosperaram. Uma única rurópolis foi implantada, a Rurópolis Presidente Médici, atualmente município conhecido apenas por Rurópolis (STEINBRENNER, 2011).



considerada fator de atraso econômico. Isso fez com que 95% das cerca de 6 mil propriedades rurais⁴ existentes no município tenham sido constituídas de pequenas propriedades familiares, ocupadas, ainda hoje, ao menos a metade delas, por famílias de pioneiros, em boa parte oriundos do Rio Grande do Sul, que vivem da agricultura (urucum, cacau, pimenta do reino e banana) e da pecuária⁵.

Mal imaginavam os militares, no entanto, que a localização do município, isolada porém altamente confluyente, assim como o tipo de migração inicial, iriam fazer com que surgissem justamente ali, em especial no Km 160, na Vicinal Flor da Selva, em Rurópolis, entre filhos de colonos gaúchos que já traziam alguma experiência em organização social as primeiras lideranças e as articulações iniciais do que se transformaria num intenso movimento regional pela sobrevivência da Transamazônica (MPST)⁶. Isso explica talvez o fato da rádio comunitária de Rurópolis ter sido uma das pioneiras na região.

Em reunião no auditório da Câmara Municipal, a Associação Rádio União Comunitária Rurópolis foi criada em 18 de maio de 1997, por um grupo de entidades, integrantes dos movimentos sociais da região, porém com uma predominância marcante das organizações religiosas - Paróquia Santíssima Trindade, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Igreja Adventista, Igreja Batista, Assembléia de Deus, Comunidade Padre Cícero e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rurópolis. Em função da origem dos primeiros migrantes na região, marcadamente colonos gaúchos, também as igrejas evangélicas - e não apenas a igreja católica como no restante da região - irão desempenhar um papel mais ativo junto aos movimentos sociais do município, o que irá se repetir não só na fundação, mas no funcionamento da emissora comunitária. A primeira diretoria da emissora demonstra bem a configuração dos movimentos sociais no município e a influência das igrejas na localidade. O primeiro coordenador da rádio foi um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

⁴ Ao menos metade dessas propriedades, quase quarenta anos depois, ainda não recebeu a titulação do INCRA. Informações de Celito Dallabrida, secretário da Agricultura de Rurópolis (i.v., 2009)

⁵ Idem.

⁶ A colônia ali formada daria origem às primeiras articulações para a construção da Corrente Sindical de Lavradores Unidos que tomaria o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém no final dos anos 70 e, a partir dele, influenciaria todo o movimento social na Transamazônica, resultando na criação de um novo sindicalismo rural que, apoiado pela Igreja, se contrapunha ao modelo pelego e assistencialista dos sindicatos rurais tutelados pelo Estado militar. Dali surgiu também o combativo Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), pioneiro e referência no uso da comunicação como ação política (STEINBRENNER, 2011).



como secretária e então pastora da Igreja Luterana e como tesoureiro um representante da Assembleia de Deus⁷.

A emissora de Rurópolis irá surgir a partir dos ecos do movimento nacional pela democratização da comunicação que chegam à região, pautados pelo entusiasmo de alguns militantes do Partido dos Trabalhadores com as possibilidades de se instalar uma rede rádios comunitárias como instrumento de organização social na região. Seguindo a cartilha publicada pelo Diretório estadual do PT no Pará (1997) e distribuída por militante do partido no interior do estado, primeiro formou-se uma Comissão de Implantação para depois criar a associação e escolher a primeira diretoria da futura emissora. Criaram-se também, seguindo à risca o “Guia para instalação de rádios comunitárias” (1997), a figura do Gerente de Programação, “que seria responsável pela produção dos programas e pela administração do dia à dia da rádio” (DIRETÓRIO, 1997, p.14).

Para montar os primeiros programas, vinculados às entidades fundadoras, foram realizados testes para descobrir quem poderia ficar à frente do microfone: “O pessoal dos movimentos foram fazer os testes para ver quem não era muito nervoso”, lembra o coordenador na época. “Ninguém tinha experiência, foi tudo feito ‘na marra’ diz ele. Os primeiros programas da rádio eram musicais, tocavam músicas gauchescas, sertanejas e música do Norte, tentando agradar às várias frentes de migrantes que formaram Rurópolis. As primeiras entidades a assumirem programas dentro da emissora foram a Igreja católica (programa religioso) e o STR (informativo).

Nos dois primeiros anos de funcionamento (entre 1997 e 1999), com transmissor mais potente (100 wats) e sem concorrentes, a rádio comunitária desempenhou papel “fundamental para a agricultura familiar (no município),” conforme afirma uma integrante da Comissão de Implantação da rádio, na época vereadora pelo PT⁸. Foi justamente nessa época que a Anatel fecha pela primeira e única vez a Rádio União Comunitária, como veremos à frente mais detidamente.

Atualmente a rádio tem problemas de alcance e qualidade de som. Seguindo estritamente as regras da Lei da Radiodifusão Comunitária, com transmissor de 25 Wats de

⁷ Egon Gross, Carla Andra Grossman e Anésio Souza Coelho, respectivamente (Ata de Fundação (1997).

⁸ Brunilda Meurer (i.v., 2009)



potência e antena de 30 metros, a rádio comunitária União FM mal chega à zona rural e quando chega, o sinal pega mal. “Eu não escuto a comunitária porque ela não pega lá onde eu moro. Eu escuto mesmo *a outra*” diz uma pequena produtora rural⁹ que mora há apenas cinco quilômetros da sede do município.

A “outra” a que se refere a agricultora é a FM Transamazônica (102,7 MHz), uma rádio FM comercial, licenciada, que aparece na Anatel como integrante do Sistema Lageado de Comunicações¹⁰ e que começou a operar em maio de 2006. Com transmissor de 300 Wats de potência, antena de 53 metros e alcance de 90 km de raio, ela alcança todo o território do município de Rurópolis, e ainda parte de municípios vizinhos (Placas, Aveiro e zona rural de Itaituba). O proprietário, que já foi vereador e primeiro presidente da Câmara Municipal de Rurópolis, está reivindicando um aumento da potência de sua rádio para 3.000 Wats. Pode ser que consiga, a princípio a legislação não impede que isso aconteça. A desigualdade de condições de alcance entre as duas emissoras da cidade ficará então ainda mais gritante.

No que tange às desigualdade de condições técnico-jurídicas entre rádios privadas e comunitárias outra armadilha formal que afeta diretamente a rádio de Rurópolis é a posição que ela ocupa no *dial* dos aparelhos receptores. A maior parte dos rádios de pilha à venda no país, mesmo os mais sofisticados, iniciam a marcação da Frequência Modulada em 88,0 MHz. Entretanto, muitas rádios comunitárias - e esse é o caso da União FM - segundo definição do próprio Minicom, podem ser captadas apenas em 87,9, ou seja, abaixo da marcação inferior, o que impede que muitos ouvintes possam sintonizar as comunitárias nos seus aparelhos receptores. Para alterar isso é preciso que o próprio Ministério que disciplina o setor de Telecomunicações informe e exija a adequação dos novos aparelhos, coisa que até hoje, quase 15 anos da Lei 9.612, ainda não foi feito.

Além das duas emissoras FM, não existem outros meios locais de comunicação de massa e a infra-estrutura de comunicação ou o suporte necessário para seu funcionamento é bastante precário ou inexistente na área rural - 70% do município ainda não tinha energia

⁹ Marinês Lira de Almeida (i.v., 2009)

¹⁰ O Sistema Lageado de Comunicação integra três outras FM além da de Rurópolis – Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT) e Goiânia (GO).



elétrica quando desta pesquisa (ago.2009)¹¹. Falta também telefonia fixa rural e a telefonia móvel (celulares) é uma conquista recente que chegou apenas para a área urbana. Quanto à televisões, o município possui apenas uma repetidora, que retransmite o sinal da TV Cultura, que integra a Fundação Paraense de Radiodifusão - Funtelpa (Anatel, 2010). A população, entretanto, como em toda a região lança mão da antena parabólica para alcançar o sinal das redes nacionais de televisão diretamente das *cabeças de rede* no Sul e Sudeste, com consequente escassez ou ausência absoluta de produção de informações sobre a realidade regional. Quanto à Internet, a rede WWW já existe no município, há cerca de seis anos, e quem trouxe a novidade para Rurópolis foi a própria rádio comunitária União Comunitária FM, como veremos mais adiante.

1. Processo de Legalização da emissora

O processo de legalização da Rádio Comunitária União Rurópolis tem início oficialmente em dezembro de 1999, quando a Associação participa do sexto Aviso de Habilitação para radiodifusão comunitária lançado pelo Ministério das Comunicações. Nesse momento a rádio estava fora do ar. No início daquele ano, a Anatel havia fechado todas as emissoras comunitárias instaladas ao longo da Transamazônica. Começou em Altamira, depois Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e então chegou à Rurópolis. Como nos outros municípios, a rádio comunitária foi lacrada, mas, ao contrário das demais, que recolocavam o sinal no ar, mesmo sob risco de nova fiscalização, a Rádio União Comunitária permaneceu fechada por cinco anos por decisão tirada em assembleia da associação responsável pela emissora.

A emissora foi lacrada pela Anatel no início de 1999 e ficou sem funcionar até começo de 2004, quando recebeu a licença provisória do Ministério das Comunicações para voltar a operar legalmente seu transmissor. A decisão da emissora de só voltar ao ar depois de vencer todos os trâmites legais revela uma postura incomum entre o movimento de rádios comunitárias. O cunho formalista parece conter marcas culturais do grupo que predominou no início da organização social no município e da fundação da emissora – religiosos, de

¹¹ Aparecido Florentino, prefeito de Rurópolis (i.v., 2009).



origem alemã, povo que, como nenhum outro, como dizia Machado de Assis (1994), traz já em suas fábulas a concepção fantástica do método e da pertinácia diante das fatalidades¹².

Nesse meio tempo, para garantir seu objetivo, a Associação Rádio União Comunitária Rurópolis manteve-se rigorosamente ativa, em prol de sua legalização. Como consta em ata, eram realizadas assembleias ordinárias e extraordinárias para eleição da sua diretoria, primeiro com mandato de um ano, depois, a partir de 2001, de dois anos. Essas diretorias tinham a principal incumbência de acompanhar o processo de licenciamento da emissora junto ao Ministério das Comunicações em Brasília, manter o pagamento das contribuições das entidades associados em dia (na época estipuladas em 1% do s.m.), prestar contas da situação financeira e do patrimônio da rádio, além de cuidar do equipamento para que pudesse ser usado quando a rádio voltasse a funcionar de forma autorizada.

Em outubro do mesmo ano, já de posse da informação que o Ministério das Comunicações havia emitido o documento de autorização de funcionamento da rádio, os integrantes da associação iniciam os preparativos para poder reabrir a emissora. É feito um orçamento para despesas emergenciais cotizado pelas entidades e passam a realizar mutirões semanais de limpeza, “toda quarta-feira à tarde”, para manter o prédio da rádio em ordem¹³.

Em janeiro de 2004, quando recebem a licença provisória de funcionamento, reúnem-se para marcar a data da reinauguração: no dia 25 de janeiro de 2004 a Rádio União Comunitária Rurópolis, FM 87,9, legalizada, volta a funcionar. Para ajudar na manutenção, a cota de contribuição mensal é então ajustada para 3% do salário mínimo. Também criam um grupo para trabalhar a nova programação da emissora e resgatam nesse momento a figura do gerente de programação, agora chamado coordenador de programação. Quem assume a função é o então tesoureiro da entidade que a partir daí torna-se o principal articulador da emissora, uma espécie de gerente vitalício até hoje.

¹² Sem incorrer em maior ou mais balizada discussão simbólica, lembro as lendas narradas em os *Imortais*, em “Obra Completa” de Machado de Assis (1994), sobre os povos daquelas paragens. Em *O Caçador de Harz* e o *Marinheiro Batavo*, percebe-se com clareza exemplos de persistência mas também de rigidez no empenho de fazer tudo com a máxima correção. Assim parece a postura da rádio União FM, diante dos processos de instalação, legalização e manutenção da emissora em Rurópolis.

¹³ ATA de Assembléia Extraordinária da Rádio, em 01 de Outubro de 2003. (ATA no10, pg. 7)



2. Manutenção e funcionamento da União FM

Desde a aprovação do novo estatuto e criação do Conselho Comunitário da rádio em 2008, 10 entidades se encontram associadas à Rádio União Comunitária Rurópolis, ou União FM. Além das fundadoras, tornam-se novas associadas a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas, a Cooperativa de Agro-Leiteira da Transamazônia (Coopetra), a Casa Familiar Rural e a Associação Atlética de Rurópolis (AAR). Cada uma contribui mensalmente com uma ou mais cotas quando necessário, no valor equivalente a 3% do salário mínimo. Para as associadas terem programa na grade da emissora é cobrado adicionalmente um valor por hora utilizada¹⁴. Apenas três delas mantêm programas regulares: a Igreja católica e a Cooperativa de Agricultores, uma vez por semana, e a Assembleia de Deus, diariamente.

A rádio em seu início, especialmente em função de ter ficado muito tempo fechada, foi em grande parte mantida por contribuições ou doações de suas entidades, fundadoras e associadas. Atualmente, são os anúncios, ou apoios culturais como insiste em mascarar a legislação vigente, do comércio e do poder público que respondem por mais da metade da arrecadação da rádio¹⁵. As gravações dos comerciais veiculados, são feitas em geral por uma empresa de São Paulo, que recebe as informações e envia o produto, com sotaque paulista, tudo pela internet.

O comércio varejista na cidade conta apenas com cerca de 40 estabelecimentos (RAIS, 2009 In: IDESP, 2011) e emprega com carteira assinada não muito mais que 100 pessoas. Do total dos cerca de 1.500 empregos formais gerados na cidade, pouco mais de 1.000 são da Administração Pública, ou seja, é mesmo a Prefeitura Municipal o grande gerador de renda e emprego na cidade (idem), o que em si acaba afetando a disposição tanto de anunciar quanto do ouvinte participar mais criticamente da emissora: “Gostaria que tivesse mais discussão sobre os programas que vão ao ar. Além disso, a comunidade não participa por medo de represálias políticas já que a cidade é pequena” explica o produtor de notícia e apresentador do único informativo da rádio comunitária de Rurópolis¹⁶. “Aqui o poder sabe

¹⁴ Na época da pesquisa, meados de 2009, esse valor estava em 6 reais a hora utilizada.

¹⁵ Nos bons meses a arrecadação da rádio chegava a cerca de 3,5 mil reais (MAGNO, i.v. Ago, 2009)

¹⁶ Wildglan Pereira da Silva (i.v., 2009).



de tudo o que acontece: quem compra de quem, quem vende pra quem e assim promove represálias”, complementa o coordenador de programação e gerente da rádio¹⁷.

Quando a rádio voltou a funcionar em 2004 ela ainda não enfrentava a concorrência da emissora comercial, a Transamazônica FM. Por isso, mesmo obediente aos 25 Wats de potência permitido pela Lei 9.612/98, o que permite em média alcance de um quilômetro de raio, sua audiência se fazia sentir, ao menos na área urbana do município. “Chegávamos a receber cerca de 1.200 cartas por mês”¹⁸, relembra. Como única rádio do lugar, os anunciantes. Diante da necessidade de manter a rotina da emissora, decidem remunerar o serviço dos locutores (em meio s.m.) e também o do coordenador de programação (em 1 s.m e meio). “Não era mais possível tocar a rádio com voluntários”, conta o coordenador.

Quando a concorrente entra no ar, em 2006, a emissora comunitária decide então, como forma de gerar mais renda, passar a cobrar para anunciar avisos, recados e leituras de cartas enviadas à rádio¹⁹. “Se for um aviso de utilidade pública, não cobramos” garante o coordenador da emissora. A cobrança dos recados e avisos, entretanto, irá comprometer um dos mais tradicionais elos de fidelidade entre ouvinte e emissora, aspecto que será valorizado pela concorrente, a FM Transamazônica, que passa a atrair ouvintes da emissora comunitária pela gratuidade dos avisos.

Além da disputa pelos anúncios ou apoios culturais do comércio, a oposição ao grupo político que estava à frente da administração municipal naquela época, em 2006, a sobrevivência financeira da rádio comunitária torna-se cada vez mais difícil. Fruto mais uma vez da persistência, desta vez aliada a ousadia, a coordenação da emissora resolve buscar novas maneiras de tornar a rádio sustentável economicamente. A proposta era trazer a internet para Rurópolis e ao tornar-se um provedor autorizado, com a venda do serviço de conexão à rede WWW, ajudar a custear a manutenção da emissora.

A oportunidade surgiu com a inclusão de Rurópolis como um dos três polos iniciais do projeto Excelsa, desenvolvido pela Fundação Viver, produzir e Preservar (FVPP), braço

¹⁷ Paulino Magno, tesoureiro e gerente da Rádio União Comunitária Rurópolis (i.v., 2009).

¹⁸ Idem

¹⁹ Tabela de preços: avisos custam R\$1,00 e rodam 3 vezes (tudo minuciosamente anotado num caderno); cartas custam RS 0,10.



jurídico do MDTX²⁰, com apoio financeiro da Fundação FORD, com o objetivo de criar um sistema integrado via internet de comunicação regional, tendo como ponto de apoio as rádios comunitárias da região. As outras duas emissoras, de Altamira e Brasil Novo, não conseguiram implantar a tecnologia necessária. Somente a Rádio União Comunitária Rurópolis foi até o fim do processo, mas o que era para ser uma solução, quase virou um pesadelo. Mais uma vez, assim como no processo de legalização, o que imperou foi uma postura rara de persistir honrando as formalidades e acordos firmados.

Segundo consta em ata da associação da emissora, até o funcionamento regular do provedor demorou cerca de um ano e o principal problema enfrentado foi com o fornecimento do sinal. Foram quatro empresas contratadas: a primeira desistiu do serviço; a segunda cobrou duas vezes e nada aconteceu. Uma nova empresa é contratada, faz o serviço, mas uma tempestade queima o Hard Disk do computador. Para fazer o reparo a rádio se vê obrigada a procurar uma quarta empresa. Novo custo. Como não tinham dinheiro em caixa, fazem empréstimo. Somente depois disso, o sinal começa, em 2007, finalmente a funcionar regularmente.

Entrava então em operação o primeiro provedor de internet de Rurópolis. Chegaram a ter cerca de 50 clientes. A arrecadação mensal do provedor, depois de pagar as despesas do serviço (sinal + técnico + manutenção), chegava a pouco mais da metade dos gatos mensais da emissora²¹. O serviço de provedor de internet da rádio comunitária durou ao todo dois anos, até que surgiram dois concorrentes na cidade, ambos "piratas" e tornaram o serviço não rentável. A proposta de um sistema integrado de informações entre os municípios da região ou a troca de informações entre os movimentos sociais nem passou perto de se tornar realidade e caso houvesse, num arroubo de desobediência civil, a Rádio União já teria sido lacrada ou multada, afinal isso não é permitido segundo a lei de Radiodifusão Comunitária²².

Seja como for, as possibilidades de acesso à informação trazidas pela internet faria com que a programação da rádio nunca mais fosse a mesma: "O mundo chegou à Rurópolis",

²⁰ Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), novo nome do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST).

²¹ R\$ 4,5 mil de arrecadação mensal do provedor; líquido de cerca de R\$ 1,8 mil. (i.v., 2009)

²² É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei (BRASIL, LEI 9.612/98, art. 16).



como afirma o coordenador e gerente da emissora e os efeitos da internet passaram a se evidenciar claramente na programação da União FM.

3. Programação e participação

De segunda à sexta, 13 programas cobrem as dezenove horas diárias de programação da Rádio União Rurópolis (das 5 às 23 horas). Destes, 90% é de programas musicais - música sertaneja, gauchesca, mas também música romântica e música pop (“os últimos sucessos baixados da internet”, atendendo à pedidos) – intercalados por notícias de novelas, dicas de beleza e receitas culinárias. Tudo tirado da internet.

O principal espaço informativo da rádio comunitária vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 12 horas – o “União Esporte Notícia”, programa realizado por um produtor e locutor contratado e apresentado pelo próprio gerente e coordenador de programação da rádio. O programa não consegue, no entanto, por falta de infra-estrutura e pessoal, produzir informação sobre o que acontece no município, assim, 80% a 100% das informações noticiadas na semana tratam de fatos ocorridos fora do município e acessados em sites de notícia regionais ou nacionais²³.

A decisão do que vai e como vai ao ar na rádio comunitária não costuma passar pelo Conselho Comunitário, criado em 2008 e formado por representante das cinco entidades fundadoras da Associação Rádio União Comunitária Rurópolis. Em sete meses de funcionamento, reuniram-se apenas uma vez. Na prática, cada um dos seis locutores que formam a equipe de comunicadores remunerados da rádio decide por si o que fazer, não há também integração entre eles – “um quase não ouve e nem dá palpite no programa do outro” comenta uma das locutoras que é também recepcionista²⁴. A decisão final do que vai ao ar, na prática também, não fica com a diretoria como um todo – formada, segundo o novo estatuto (2008), por coordenador e vice; secretário geral (e segundo secretário), tesoureiro (e segundo tesoureiro) e diretor de patrimônio – mas sim com o coordenador de programação ou o “gerente”, aquele “que resolve os problemas da rádio no dia à dia”, uma espécie “faz-tudo”,

²³ Sites G1, Diário on Line, O Liberal, segundo Wildgan Silva (i.v.,2009).

²⁴ Eliete Boone Bamberg, recepcionista e radialista da rádio União Rurópolis (i.v.2009).



desde busca de apoio comercial, cobrança, definição da programação e ainda apresentação de programas.

Esse engajamento e ao mesmo tempo centralização nas atividades da rádio comunitária indicam que os movimentos sociais que formaram a emissora não estão mais na emissora, fazendo ou pensando as formas de se fazer rádio comunitária, ou mesmo exercendo controle e fiscalização do que vai ao ar. Mais grave é que pelas condições profundamente desiguais quanto à capacidade de produção e à qualidade e alcance do som das duas rádios FM da cidade – a comunitária União FM e a Transamazônica, comercial - atores seminais na formação da União FM, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estão deixando também de “ouvir” a rádio comunitária que ajudaram a fundar e da qual são associados: “a comunitária quase não pega na área rural, a outra tem uma grande penetração, além disso, o único programa com informação voltada para a agricultura familiar é feito pela Ceplac²⁵ (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), na rádio Transamazônica”, explica a presidente do STR de Rurópolis²⁶. Importante também salientar que o dono da Transamazônica é funcionário da Ceplac.

Tal ‘afrouxamento’ entre os membros da associação da rádio comunitário, que traz efeitos sobre as formas de gestão e programação da emissora, pode indicar também, como pano de fundo, o aprofundamento de certa crise de identidade dos movimentos sociais da Transamazônica que se inicia ainda no final dos anos 90 com o afastamento entre Igreja e movimentos sociais, em especial do sindicalismo rural. Uma crise de identidade que com o novo quadro político, desenhado a partir das eleições de 2008, somente se agravou.

4. Sobre política, partidos e os efeitos sobre a rádio União

Também em Rurópolis, assim como em inúmeras localidades do interior do país e em especial da região da Transamazônica, o campo dos movimentos sociais, de tradição combativa, e conseqüentemente a emissora comunitária a eles vinculada, sofrem os efeitos de

²⁵ A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atua em seis estados brasileiros, entre eles o Pará, estado onde a produção mais cresce no país.

²⁶ Andressa Cristo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rurópolis (I.v.2009)



uma nova conjuntura política que se desenha a partir das novas alianças político-partidárias costuradas na última meia década desde Brasília. Ainda que este não seja um estudo de ciência política, ao menos relatar a partir dos dados coletados o novo quadro político que se forma no município após a eleição de 2008 é fundamental para entender nesse caso o impacto sobre a rádio comunitária em foco, sua gestão e programação.

A rurópolis Presidente Médici transformou-se no município de Rurópolis em maio de 1988, após plebiscito que reduziu sua denominação à categoria que designava as cidades rurais idealizadas pelo projeto de colonização. A emancipação fazia parte do projeto dos movimentos sociais que pretendiam ampliar a capacidade de decisão dos grupos locais. O primeiro prefeito eleito foi um engenheiro agrônomo que havia sido executor do Programa de Colonização do INCRA na região, para o qual a rurópolis Presidente Médici servira de base de apoio. Desde então, o PMDB e o PSDB sempre se alternaram no comando político na administração municipal, muitas vezes formando novas lideranças a partir de cisões internas (vices que mudavam de lado, primos que rachavam o partido) e com uma farta história de denúncias de corrupção e cassação²⁷. Em 18 anos da história do novo município, o Partido dos Trabalhadores sempre disputou as eleições como uma via alternativa, apoiado pelos movimentos sociais, sempre no lado oposto aos dois outros grupos representados ora pelo PMDB, ora pelo PSDB. Até 2008.

As alianças nacionais entre PMDB e PT, que se repetiram nas eleições estaduais em 2006 e garantiram a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do Estado do Pará, promoveram também em Rurópolis a aproximação dos dois partidos, formando uma coligação “barca cheia” antes impensável: PMDB, PP, PTB, PT, PSB, PRB e PDT de um mesmo lado e o PSDB, do outro. Inicialmente, assim como em muitos municípios do interior, o PT deveria sair na cabeça de chapa, mas o candidato do PT recuou e o então prefeito (do PMDB) reelegeu-se.

O resultado, segundo apontam integrantes dos movimentos sociais, é que “não existe

²⁷ O primeiro prefeito eleito, Zericé da Silva Dias (1990-1993), se elege mais uma vez em 1996, mas é cassado por denúncias de desvio do dinheiro público pelo Tribunal de Contas da União. Assim também, o segundo prefeito de Rurópolis, eleito em eleição suplementar, Aprígio Pereira da Silva (1994-1996). O terceiro prefeito do município, José Paulo Genuíno (2001-2004), também estava sendo investigado por desvio e má versação do dinheiro público. O atual prefeito (2013 -), filho de Genuíno também está sendo investigado pelo ministério público.



mais oposição em Rurópolis”. Para um dos primeiros delegados sindicais na região e primeiro presidente da Rádio Comunitária de Rurópolis²⁸ o momento é de decepção -“antes a gente enfrentava, acreditava, agora...fracassou”. Para o carpinteiro, professor de escola primária, integrante das pastorais da Igreja e fundador do Comitê de Justiça e Paz em Rurópolis, “a lógica das alianças acaba com os movimentos sociais”, diz ele – “há uma decepção, um desânimo nos municípios. O movimento (social) fica sem reação, sem vitalidade, perde a identidade”, reflete²⁹.

Identidade, enquanto construção social, como “fonte de significado e experiência de um povo”, como diz Castells (2006, p. 24), como conjunto de atributos com os quais o sujeito “se reconhece e é reconhecido e, portanto, se distingue dos demais”. *Identidade de resistência* e reação, no caso dos movimentos sociais. Identidade da qual as rádios comunitárias são herdeiras e que se revela, idealmente pela participação na gestão e conteúdo, porém uma distinção difícil de ser percebida nas rotinas da rádio comunitária em foco.

Com o novo cenário político no município, a perda da identidade de resistência da qual fala Castells, parece se aprofundar. O gerente de programação da rádio comunitária, que trabalhou como coordenador da campanha de reeleição do prefeito do PMDB, tendo como vice o PT, admite que os novos arranjos políticos tendem, por um lado, a aumentar as chances de arrecadação da rádio e, por outro, a gerar dependência financeira. Não nega também que geram um clima de “auto-censura (MAGNO, i.v. 2009).

Quando perguntado, no entanto, qual a perspectiva de futuro para a União Comunitária Rurópolis, FM 87,9 MHz, responde: “continuar ocupando este espaço essencial para a sociedade”, sendo para isso necessários “um prédio e estúdio bons e equipamentos modernos”, elenca. Nenhuma palavra sobre participação, resistência ou reação ou sobre uma maneira mais coletiva de definir ou gerar o conteúdo da programação. Como se em si, continuar existindo o meio houvesse se transformado em fim.

CONCLUSÕES

A história da Rádio União Comunitária Rurópolis, uma emissora comunitária

²⁸ Egon Gross, primeiro diretor da Rádio União Comunitária Rurópolis (i.v. 2009)

²⁹ Cléo Farias, professor da rede municipal e integrante da direção da Rádio União (i.v. 2009)



autêntica, originada de movimentos sociais no interior da Amazônia paraense, muito bem retrata os dilemas de funcionamento, legitimidade e sustentabilidade das rádios comunitárias no país diante do marco legal existente e do esgarçamento institucional provocado por novos arranjos político-partidários com vistas a manutenção de governabilidades que afetam as bases dos movimentos sociais e portanto as mídias cidadãs por eles criadas. Por meio do relato de sua origem, de seu longo e difícil processo de legalização, de seu modelo de gestão, acreditamos contribuir para a reflexão dos limites e possibilidades da comunicação comunitária e cidadã, em especial em regiões periféricas e rurais e, conseqüentemente apontar para a urgência de mudanças na legislação vigente e de estabelecimento de políticas públicas que promovam o setor da radiodifusão comunitária no país.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO RÁDIO UNIÃO RURÓPOLIS (UNIÃO FM). **Ata de Fundação**. Rurópolis, 11 nov. 1997. Mimeo.
- BRASIL. **Lei de Radiodifusão Comunitária**. Lei N. 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, publicada no DOU de 20 de Fevereiro de 1998. Brasília.
- CASTELLS, M.. **O Poder da identidade: era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.2.
- DIRETÓRIO PT/PA. **Rádio comunitária**. A comunicação a serviço da comunidade. Uma ideia possível e necessária. Guia para Implantação de Rádios Comunitárias. Belém: Secretaria de Comunicação/PT-PA, Fevereiro de 1997.
- FVPP. **Fundação Viver, Produzir e Preservar**. <http://www.fvpp.org.br>. Acesso: 17 set. 2010.
- IBGE. **Série Estatísticas & Série Históricas**. Série PD243 e PD282. 2009. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 jan. 2011.
- MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônica: uma análise das políticas governamentais**. Relatório de Pesquisa n. 39. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.
- MORAN, Emilio F.. A Ecologia humana como crítica: colonização e ecologia humana. In: **A Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. p.283-307.
- STEINBRENNER, R. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de mediação periférica**. Tese (Doutorado), 386 fls. – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011